

Senhor Presidente:

O Vereador Reginaldo da Luz Pujol que esta subscreve requer a Vossa Excelência que, após os trâmites regimentais, com fundamento no art. 95 do Regimento deste Legislativo e no parágrafo único do art. 55 da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, seja encaminhada a seguinte

MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE

Apoio ao reconhecimento do Artesanato como segmento na Secretaria Municipal de Cultura.

Pelos Motivos que passo a expor:

O “Artesanato” existe há milênios, é, por sua vez, a maneira de fazer objetos manualmente. Diante disso, é possível imaginar que toda obra material humana da Antiguidade até a Idade Média Ocidental foi construída pelas mãos do Homem. Era a hegemonia do fazer manual, um período que só se modificou no momento em que o termo “Artesanato” começa a ser empregado de maneira diferente, após a Revolução Industrial, quando os objetos industrializados passam a representar o oposto dos objetos criados manualmente.

A palavra Artesanato significa um fazer ou um objeto que tem sua origem no fazer manual. Ou seja, são as mãos que executam o trabalho e transformam-se no principal, senão o único, instrumento que uma pessoa utiliza para a confecção de determinado objeto. O uso de ferramentas, inclusive máquinas, quando ocorre, é apenas como auxiliar, como extensão das mãos, sem nunca ameaçar o seu predomínio. Uma afirmativa que remete ao parágrafo único da Lei do Artesão, sancionada em 2015, que traz: “a profissão de artesão presume o exercício de atividade predominantemente manual, que pode contar com o auxílio de ferramentas e outros equipamentos, desde que visem a assegurar qualidade, segurança e, quando couber, observância às normas oficiais aplicáveis ao produto”.

É possível afirmar que a Grécia arcaica celebrava o Artesanato através de Hefesto, ou Vulcano para os romanos, reconhecendo as dádivas que eram concedidas aos mortais. Hefesto era o deus do fogo e o patrono dos artesãos ferreiros. Um hino a Hefesto foi escrito por Homero que enfatizou a valorização do artesão civilizador do homem das cavernas por confeccionar ferramentas importantes como a faca, a roda (torno) e o tear para uso comunitário. Estas ferramentas artesanais desenvolveram habilidades individu-



ais e coletivas para a utilização de diversos materiais disponíveis na natureza, desde o início das civilizações. O que pode ser considerado representativo de que o artesanato cria inúmeras possibilidades que requerem organização social e cultural para se tornarem manifestas e concretas.

No Brasil, para além do relevante reconhecimento do Artesanato como profissão, através da Lei nº 13.180, de 22 de outubro de 2015, que ainda carece de regulamentação, um longo caminho vem sendo percorrido por todos os envolvidos com o artesanato brasileiro como representação identitária em todas as regiões do país, inclusive o Ministério da Cultura e as Secretarias de Cultura estaduais e municipais.

Hoje, com o Sistema Nacional de Cultura, no Colegiado Nacional de Política Cultural – CNPC, os artesãos e artesãs de todo país elegeram os seus próprios representantes que são também artesãos e artesãs atentos e atuantes em suas comunidades. Em recente reunião do grupo eleito, foi aprovado o Plano Nacional do Artesanato que sistematiza demandas específicas e propõe estratégias e ações que transformam e evidenciam a importância de toda a cadeia produtiva: desde a coleta, a produção ou a aquisição dos materiais, a produção e a reciclagem de materiais e objetos, a capacitação e valorização do artesão, a exposição e a comercialização dos objetos artesanais nas pequenas comunidades ou nos grandes centros urbanos, nas aldeias indígenas, nas vilas de pescadores, nas oficinas de artesãos e artesãs contemporâneos (que, em geral, funcionam em suas próprias residências), inspirados em conceitos e práticas de Economia Criativa.

No Rio Grande do Sul, a Secretaria Estadual de Cultura – SEDAC reconheceu o Artesanato como segmento ao recepcionar a criação do Colegiado do Setorial Artesanato, cujos membros trabalham na criação do objeto do primeiro edital que será publicado em meados de 2016, destinado exclusivamente ao fomento e à valorização dos saberes e fazeres dos artesãos, e das memórias do Artesanato do Rio Grande do Sul.

Em Porto Alegre, desde a década de 1970, com o “Artesanato Guarisse” (empreendimento que empregou mais de duzentos artesãos e funcionou na zona sul da capital gaúcha entre as décadas de 1970 e 1990, com filiais nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Gramado e Torres), ou com o Brique da Redenção (idealizado por Arthur Guarisse, que se inspirou no mercado das Pulgas de Paris), por exemplo, ou com os briques que expõem artesanato, alimentos artesanais, antiguidades e artes visuais (quatro segmentos representativos das memórias, da tradição e da inovação das técnicas artesanais e da situação do artesanato contemporâneo enquanto manifestação cultural), ou nas feiras de artesanato, nos mercados ou nos shopping centers, ou nos museus e nas galerias de arte, são indivíduos e grupos diversos que convivem com o artesanato ao se depararem com objetos artesanais sendo expostos, comercializados ou executados pelos próprios artesãos ou artesãs, ou seus familiares, que se comunicam ou se expressam através do seu trabalho – a sua linguagem.





Portanto, o reconhecimento do Artesanato como segmento na Secretaria Municipal de Cultura de Porto Alegre, poderá contribuir significativamente com a valorização do Artesanato enquanto expressão identitária cultural genuína, representativa da diversidade desses indivíduos, suas famílias e seus grupos, os coletivos ou as comunidades as quais eles pertencem enquanto trabalhadores artesãos (individual, microempreendedor, associado ou cooperativo). Ademais, considerando o princípio da Transversalidade, o reconhecimento do Artesanato como segmento pela Secretaria Municipal de Cultura irá possibilitar que artesãos e artesãs participem ativamente do Conselho Municipal de Cultura e da Comissão de Avaliação do Fundo Municipal de Cultura – Fumproarte, refletindo e opinando como agentes multiplicadores e transformadores a partir de suas próprias experiências em outras secretarias municipais para que, assim, contribuam efetivamente para o desenvolvimento de políticas públicas relacionadas ao fomento do Artesanato, da Cultura, da Produção e do Comércio de Porto Alegre.

Diante do exposto e considerando a importância de iniciativas como esta, solicito aos nobres pares Vereadores a aprovação desta Moção de Solidariedade e apoio.

Solicito que esta moção seja encaminhada aos destinatários a seguir relacionados:

Ao Prefeito Municipal de Porto Alegre, Sr. José Fortunati

Ao Secretário Municipal da Cultura, Sr. Roque Jacoby

Presidente do Conselho Municipal de Cultura, Sr. Jorge Maestrinho

Conselho Municipal de Cultura, Sra. Márcia Morales Salis

Porto Alegre, 14 de Julho de 2016.

Vereador Reginaldo Pujol